



UNIDADE UNIVERSITÁRIA PARANAÍBA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ROSA EMÍLIA SOUZA SOARES

**UMA SOCIOLOGIA TRANSFORMADORA? Uma reflexão sobre a proposta de
Florestan Fernandes em relação à sociologia**

Paranaíba-MS
2015

ROSA EMÍLIA SOUZA SOARES

**UMA SOCIOLOGIA TRANSFORMADORA? Uma reflexão sobre a proposta de
Florestan Fernandes em relação à sociologia**

Monografia apresentada como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

Orientadora: Me. Patrícia B. Ap. Braga

Paranába-MS
2015

*Dedico este trabalho aos meus pais
Maria e Joaquim Graciano (in
memoria), por seus ensinamentos
maravilhosos!*

*Ao meu esposo Paulo pela paciência,
e todo carinho!*

*Aos meus filhos Paulo Mateus e
Laura Emília, pela doçura e amor
imensuráveis.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que através de minha fé, é o meu refúgio na hora da angústia e isso me dá forças para superar todas as dificuldades que surgem em minha caminhada.

Agradeço ao meu pai Joaquim Graciano (in memoriam) que mesmo não estando presente, continua sendo a minha referência de honestidade e perseverança. Sou agradecida pelo modo peculiar que me educou, um misto de rigidez e carinho que me serve de exemplo para educar meus filhos e tem dado certo.

Agradeço a minha mamãe querida Marieta, minha heroína, que me apoiou nas horas difíceis, sempre orando ao meu favor. A sua postura de mulher guerreira e batalhadora, não na busca de um curso superior, mas na luta cotidiana de criar seus (educar) seus filhos, ser dona de casa e esposa. Seu exemplo me ensinou a lutar pelos meus ideais.

Ao meu esposo Paulo Rogério, pessoa com quem amo partilhar a vida, pelo carinho, a paciência e o respeito. Agradeço pela sua companhia, incentivo, por sua capacidade de me trazer paz na correria diária e por compreender a minha ausência nos momentos de estudo.

Ao meu filho, Paulo Mateus, a minha felicidade, (o meu presente de Deus) pelo incentivo que me deu quando eu voltei a estudar e principalmente, por ter se tornado esse homem íntegro e responsável, suas atitudes me enchem de orgulho. À minha filha Laura Emília, a minha alegria (a minha Laurinha), por ser a minha amiga fiel, companheira, minha ouvinte em todos os momentos, uma criança com comportamento de adulto, obrigada por ter me ensinado a recomeçar. À minha nora Roseane que é para mim uma filha, um doce de menina-mulher, sempre me apoiando em tudo. Aos meus familiares que me ajudaram de forma direta e indiretamente, muito obrigada por existirem em minha vida. Aos meus amigos, e em especial ao “Bim” companheiro e solidário, que sempre tinha uma palavra para me animar e me proporcionar várias gargalhadas. Aos professores da UEMS que sempre me ajudaram, sanando dúvidas e apoiando nesta caminhada chamada Universidade. À minha orientadora Patrícia Braga, sem ela não teria a realização deste trabalho.

*Viver sem filosofar é o que se chama
ter os olhos fechados sem nunca os
haver tentado abrir.*

René Descartes

RESUMO

Os governos no Brasil ao longo da história, assim como as políticas de educação buscam elaborar discussões e investigações científicas voltadas para a construção humanitária e democrática da vida social. Assim, referencia-se que em meados de 1930 e 1940 Fernando Azevedo e Anísio Teixeira propuseram uma sistematização da educação pública e em 1950 Florestan Fernandes elencou a educação a partir de referências sociais, políticas, democráticas, juntamente com a realidade histórica do país. Assim, pode-se afirmar que Florestan Fernandes buscou repensar a educação atrelada à defesa da sociologia, considerando-a como um instrumento de análise de compreensão da realidade, como uma das possibilidades de mudança social. O presente trabalho tem por objetivo expor as ideias de Florestan Fernandes sobre a implantação da sociologia no Brasil e nos currículos escolares e a correlação da disciplina com o almejo por democracia. Para a execução do trabalho os métodos bibliográficos foram utilizados com o intuito de compreender historicamente a sociologia no Brasil e a defesa que Florestan Fernandes fez desta como uma das ferramentas essenciais a uma realidade democrática.

Palavras-chave: Sociologia, Florestan Fernandes e contexto histórico da disciplina de sociologia.

ABSTRACT

Governments in Brazil throughout history, as well as education policies seek to elaborate discussions and scientific research aimed at humanitarian and democratic construction of social life. Thus, it is referred that in the mid-1930s and 1940s Fernando Azevedo and Teixeira proposed a systematization of public education and in 1950 Florestan Fernandes has listed education from social references, political, democratic, along with the historical reality of the country. Thus, it can be said that Florestan Fernandes sought to rethink the education linked to the defense of sociology, considering it as an understanding of analytical tool of reality, as one of the possibilities for social change. This paper aims to expose the ideals of Florestan Fernandes on the implementation of sociology in Brazil and in school curricula and the correlation discipline to yearn for democracy. For the execution of the work the bibliographical methods were used in order to understand the historical sociology in Brazil and the defense that Florestan Fernandes made this as one of the essential tools for a democratic reality.

Keywords: Sociology, Florestan Fernandes and historical context of sociology discipline.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: (DES)CAMINHOS DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: ENTRE CONTEXTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS.....	11
1.1 Avanços institucionais e a efetividade da disciplina de sociologia	17
CAPÍTULO II: FLORESTAN FERNANDES: UMA BIOGRAFIA DE SUA SOCIOLOGIA.....	22
1.1 Florestan Fernandes: formação e contexto	22
1.2 Florestan Fernandes: influências teóricas, método e principais conceitos	25
CAPÍTULO 3: FLORESTAN FERNANDES: EDUCAÇÃO E O ENSINO DE SOCIOLOGIA	31
1.1 O Ensino da Sociologia na Escola Secundária brasileira, segundo Florestan Fernandes.	33
1.2. O Sistema Educacional do Ensino Médio no Brasil	36
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

A inserção e permanência da disciplina de sociologia no Brasil sempre esteve vinculada aos aspectos políticos e econômicos do país, assim o conteúdo e a metodologia dessa disciplina sofreram influências do contexto histórico e social, principalmente das concepções dominantes da educação. Algumas condições são apresentadas como favoráveis para o desenvolvimento da sociologia no Brasil: o regime de classes, o enfraquecimento do sistema escravocrata e principalmente a necessidade de explicar de forma racional a situação política e econômica vigente (Jinkings, 2007).

No final do século XIX, a sociologia surgiu no Brasil no momento que essa ciência era aplicada aos cursos que formavam professores do ensino básico de forma optativa e em cursos obrigatoriamente profissionalizantes. Nesse período a sociologia respondia a uma expectativa técnica, a disciplina era indispensável para a preparação de advogados, arquitetos, médicos e professores. A disciplina com seu aspecto renovador contribuiria com os projetos pedagógicos do país. Dessa forma a institucionalização da sociologia e da filosofia ajudaria no desenvolvimento dos estudantes a construir um ideal na nação, intervindo na sua própria realidade por meio de seu pensamento crítico (Jinkings, 2007).

Atualmente, o ensino da sociologia tornou-se obrigatório em todas as escolas públicas e privadas do país no 3º ano do ensino médio. Depois de vastos anos de luta para implantação novamente da disciplina. Em 2008 houve a possibilidade quando foi aprovada a lei 11.684/08, que alterou o artigo 36, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

Com a lei, as disciplinas de sociologia e Filosofia deveriam ser incluídas de maneira obrigatória no currículo do ensino médio. A volta da disciplina de sociologia à sala de aula, de todo o país, promoveu, novamente, a inserção dos cientistas sociais nas instituições escolares. Essa presença fez com que muitos voltassem a pensar a educação, os sistemas escolares e o próprio ensino de sociologia como uma problemática a ser investigada e refletida.

No primeiro capítulo será elencada a **historicidade da sociologia no Brasil, seus caminhos e (des) caminhos embasados em relatos de Florestan Fernandes**. Ainda, buscou apresentar-se os contextos históricos e políticos, a partir de autores como Jinkings e Sarandy. De acordo com esses autores, as revoluções do período de 1930

tiveram forte influência no surgimento da sociologia no país, como a semana da arte moderna, que discutiu a real situação da sociedade brasileira, assim como foi realizado um levantamento das leis que emanciparam ou retiraram a sociologia do currículo escolar.

Já o segundo, intitulado **Florestan Fernandes: uma biografia de sua sociologia**, o objetivo foi levantar o contexto histórico e político na qual o autor Florestan Fernandes viveu e realizou suas obras. O autor vivenciou a sociologia ainda em seu período inaugural, sendo assim, havia vários obstáculos. O autor, militante, lutava contra o Estado Novo, através do movimento trotskista. As concepções sociológicas de Florestan Fernandes em sua grande maioria advêm do diálogo que esse estabelece com a sociologia mannheimiana em relação à condição e realidade sociais. Uma das reflexões que Florestan realizava era sobre o papel da sociologia e da disciplina de sociologia perante a sociedade, no sentido de que ambas poderiam emancipar os cidadãos, fazendo-os refletir sobre a vida em sociedade.

E por fim, o terceiro capítulo intitulado como: **Florestan Fernandes: Educação e o Ensino de Sociologia**, apresenta-se ideias sobre a educação, a educação básica, a sociologia e a disciplina de sociologia segundo Florestan Fernandes. Articulando a finalidade da sociologia em todas as fases da educação, inclusive no ensino superior de qualquer área.

Para elaboração do presente trabalho o método bibliográfico foi utilizado, assim como análise documental. O intuito foi pensar sociologicamente o objetivo da disciplina de sociologia nos currículos escolares, segundo Florestan Fernandes. .

Em suma busca-se uma reflexão sobre a sociologia de Florestan Fernandes aplicada no Brasil, bem como, a inserção da sociologia como disciplina nas grades curriculares. Emancipando os cidadãos para a vida em sociedade, e pensamentos reflexivos e democráticos.

CAPÍTULO I: (DES)CAMINHOS DA SOCIOLOGIA NO BRASIL: ENTRE CONTEXTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS

A inserção e a manutenção da sociologia no Brasil nas distintas formas de ensino e pesquisa sempre estiveram entrelaçadas às condições políticas e econômicas do país. Sendo assim, de acordo com Jinkings (2007) pode-se afirmar que “a produção dos conteúdos e das metodologias dessa disciplina foram influenciadas amplamente pelo contexto histórico social do mesmo”. De acordo com a autora as condições favoráveis para que as ciências sociais se desenvolvessem foram: a fragmentação do regime escravocrata, o surgimento de um regime de classes e a busca por explicações racionais dos aspectos políticos e econômicos.

Influenciada pelas ideias positivistas de Auguste Comte, a sociologia surgiu no final do século XIX nos cursos de formação de professores do ensino básico, com o propósito de desconstruir as ideias de manutenção do sistema patrimonialista e escravocrata vigente no país. Já no início do século XX, ocorreram no Brasil vários movimentos e acontecimentos, como a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), as lutas operárias, as Revoluções de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932, a Semana de Arte Moderna, dentre outros. Estes eventos contribuíram para que houvesse o surgimento de reflexões sobre a situação social e política do país (JINKINGS, 2007).

Para atender as necessidades da nascente sociedade democrática foi preciso que houvessem mudanças no sistema educacional, que durante o período colonial era organizado pelo clero. Paralela a essas mudanças ocorreu à inserção da sociologia no sistema educacional brasileiro. Neste período, a sociologia foi influenciada por obras literárias, o que fez com que as análises sociológicas fossem construídas em forma de gênero ensaísta, um exemplo disso são as obras *As raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, entre outras (ÂNTONIO CANDIDO, 1976 *apud* JINKINGS, 2007).

Em algumas regiões do Brasil a urbanização e a industrialização se desenvolveram mais rapidamente em detrimento de outras, e isso se refletia nas mudanças no âmbito escolar e na divisão do trabalho. Tais processos contribuíram para que a sociologia fosse constituída e institucionalizada no ensino e na pesquisa.

Juntamente a este processo de institucionalização, foram criados papéis sociais para apoiar a sociologia como especialidade científica (JINKINGS, 2007).

Vale lembrar que, em 1882, Rui Barbosa, deputado naquele contexto, criou a proposta que pedia a reestruturação do ensino. Quase 10 anos depois, em 1891, Benjamim Constant também propôs uma reestruturação do ensino no Brasil. Porém, após a morte de Constant o projeto foi abandonado, sem a efetividade da disciplina de sociologia, sendo excluída do currículo através da Reforma Epitácio Pessoa que aconteceu no ano de 1901 (RESES, 2005 *apud* SARANDY, 2004).

Na década de 1930, a sociologia, a antropologia e a ciência política passaram a ser institucionalizadas, atuando como conhecimento especializado (MEUCCI, 2000 *apud* JINKINGS, 2007).

As grandes mudanças sociais desse mesmo período contribuíram para que os intelectuais observassem que era preciso realizar análises de caráter sociológico. Assim, medidas governamentais inseriram a sociologia no sistema nacional de ensino nas escolas de nível médio e de nível superior. Por conseguinte, as elites, em seu entendimento delegaram à disciplina de sociologia a função de contribuir com o progresso social, ou seja, de orientar a ação dos indivíduos (COSTA PINTO E CARNEIRO, 1995 *apud* JINKINGS, 2007).

Ainda nesse contexto de mudanças e transformações, aconteceu um movimento denominado Escola Nova que visava renovação pedagógica e que contribuiu para a inserção das ciências sociais nas escolas de nível médio. Participavam desse movimento intelectual: Anízio Teixeira, Fernando de Azevedo, Delgado de Carvalho, além de outros, que buscavam reformas na política educacional. O movimento desses educadores contribuiu para que várias outras reformas acontecessem em todo o país.

Em 1920, ocorreu em São Paulo a Reforma Sampaio Dória, que criou a Faculdade de Educação, além de ampliar a quantidade de escolas. Já em 1931, com a Reforma Lourenço Filho, houve a criação de cursos para professores de nível primário. Em 1933, a Reforma denominada Fernando de Azevedo protagonizou a fundação do Instituto de Educação que foi integrado à Universidade de São Paulo (LIMONGI, 1989 *apud* JINKINGS, 2007). Mas antes de 1933, houve no ano de 1925, a inserção obrigatória da sociologia na sexta série ginasial, por meio da Reforma Rocha Vaz.

Além de reafirmar a integração da sociologia no sistema educacional, a Reforma Francisco Campos no ano de 1931, visava a aplicação da disciplina de sociologia nos cursos complementares oferecidos aos alunos que buscavam adentrar às faculdades

(JINKINGS, 2007). Em 1942, direcionada pelo ministro Gustavo Capanema, aconteceu a Reforma Capanema, que retirou a sociologia do ensino secundário, permanecendo apenas no curso normal e superior (SARANDY, 2004).

A fundação de faculdades e universidades entre os anos de 1933 a 1935, no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em São Paulo, dentre outros estados, criou condições para que houvesse o ensino de sociologia, porém ao ser introduzido nessas faculdades a disciplina de sociologia passou a obedecer os parâmetros acadêmicos das mesmas. Visto que, o conhecimento sociológico brasileiro era esquematizado por profissionais formados em direito, portanto como dirigentes dessas novas instituições, eles estabeleceriam o perfil do sociólogo, bem como sua área de pesquisa e atuação (MEUCCI, 2000 *apud* JINKINGS, 2007).

Para Sarandy (2004), tais acontecimentos eram casos isolados, não podiam ser entendidos como uma intervenção política de investimento na educação superior, pois o que se configurava era um ensino oferecido apenas às elites. Portanto, pode se argumentar que investimentos políticos que visavam a criação de universidades, de programas de pós-graduação, de estímulos à pesquisa, enfim, da democratização do ensino superior, aconteceram efetivamente somente a partir de 1964, durante o período do regime militar.

Ou seja, as elites, baseadas em valores liberais e republicanos, criaram um projeto educacional em que a função das universidades era formar elites para conduzir a sociedade brasileira à modernização. Portanto, uma elite intelectual, dotada de uma visão liberal, incentivava às ciências sociais, visto que aquela prepararia os cidadãos da mesma, oferecendo-lhes formação racional, capacitando-os a conter e apaziguar conflitos, com o objetivo de resgatar a paz social que fora abalada desde as Revoluções de 1930 e 1932, portanto, o princípio que rondava as ciências sociais era fundamentado em um ideal extremamente conservador, de permanência das estruturas sociais vigentes, logo, pouco reflexivo.

Nesse sentido, o surgimento da sociologia como ciência no Brasil, foi fundamentada sob um ideal conservador e liberal. As elites, que tinham acesso ao ensino superior, afirmavam o que era ciência e como esses grupos deveriam conduzir a política, a economia, e a sociedade, para que o país se modernizasse.

De acordo com Sarandy (2004) no início do século XX havia no Brasil um impulso modernista, baseado em uma ideia singular do que era educação, democracia e

ciência, fundado em um preceito enciclopedista para o ensino das elites e dos futuros chefes da nação.

Porém, ao longo da história essa educação foi oferecida também às classes menos favorecidas. E nesse contexto, a sociedade deixava de ser escravocrata, principalmente depois que a educação tornou-se minimamente mais democrática. Contudo, esse processo não foi universal, pois foi ofertada educação, mas de modo cerceado, ensinavam apenas o que o Estado acreditava ser necessário, de forma que o conteúdo era “vazio”. Um exemplo disto, é que (...) no período colonial, vale lembrar, seriam os papéis dos intelectuais vinculados à educação, monopolizados pelo clero, que operava como força de conservantismo cultural (JINKINGS, p.117, 2007).

Tempos depois, surgiram vários sociólogos, como por exemplo, Florestan Fernandes (1980), que apregoava que no contexto da metade do século XX, a sociologia tinha o papel de despertar no indivíduo comum uma reflexão crítica das situações que o rodeavam, como por exemplo, dos processos históricos que acarretaram aquela situação vigente, e em todos os sentidos o homem deveria refletir sobre a atualidade e a história a qual lhe tinha sido proposta como verdade real. A integração, portanto, da sociologia no sistema sócio-cultural brasileiro ocorreu no contexto de transformações paralelas na estrutura social e na organização da cultura, que alteravam o antigo sistema institucional e ao mesmo tempo criavam novas instituições (JINKINGS, 2007).

Ainda nessa época Florestan Fernandes afirmava que era necessário emancipar a sociologia como ciência (*apud* Sarandy, p. 12, 2004).

O mundo em que se vivia estava perdido pela lógica da modernização e da secularização, extremamente racionalizado e burocratizado, no qual a ciência ocuparia progressivamente todas as ações dos indivíduos e, por isso, todos deveriam render-se inevitavelmente a ela – até mesmo como garantia ao êxito de suas ações.

E o motivo desse contexto era devido as contradições do capitalismo, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, gerando efeitos no fazer intelectual, mas também na história social, econômica e política.

Dentre as reflexões sobre a reimplantação da sociologia no ensino médio, (JINKINGS, 2007), estava a visão de Florestan Fernandes (1980), que vinculava o sistema educacional à situação social e cultural brasileira. Desta forma, no Brasil a inserção das ciências sociais no ensino médio atendia aos interesses provenientes dos processos da implantação da nascente sociedade capitalista. Diante dessa observação, o ensino médio dependia e contribuía para a manutenção e perpetuação do sistema, uma vez que preparava os alunos para ingressar nas universidades. Atrelado a uma

concepção educacional conservadora, capaz de cercear os interesses de renovação no sistema educacional e longe de ser um mecanismo para conscientizar, e, por conseguinte proporcionar mudanças sociais.

Nesse sentido, se os aspectos da pedagogia moderna e também das ciências sociais das sociedades ocidentais, atendiam aos interesses do capitalismo monopolista que se implantava no mundo, a sociologia, por sua vez, na escola de nível médio se configuraria como instrumento de racionalização e conscientização que mesmo em um país com grande desigualdade cultural, econômica e social reafirmaria a socialização e, assim, conduziria ao progresso social (JINKINGS, 2007).

Sarandy (2004) destaca que nos anos de 1920 a 1950, os debates sobre a educação se intensificaram e que intelectuais como Florestan Fernandes, Costa Pinto, entre outros, reformularam o projeto educacional proposto pelo “Manifesto dos Pioneiros” de 1932. De acordo com esse projeto, a associação entre educação, ciência e democracia conduziria a uma sociedade moderna, e nesta o ensino de sociologia ganharia posição de destaque.

Ademais, durante essa época aconteceram nas ciências sociais discursos de apropriação simbólica da situação social. Através de escritos de autores do período, como Gilberto Freyre e Euclides da Cunha, mostrando uma ligação entre democracia, vista como processo de modernização no Brasil e a educação que estrategicamente levaria a sociedade a um processo modernizador, devido ao fato de capacitar cidadãos.

Visto desse modo, a compreensão da situação social do país dar-se-ia por meio da ciência, na qual a educação seria o espaço para a mediação das convivências sociais. Dessa forma, a ciência seria a condutora da educação nos aspectos didáticos, curriculares e em termos de políticas educacionais (SARANDY, 2004).

Para Jinkings (2007) a reflexão de Florestan Fernandes remete aos sociólogos a incumbência de intervir nos processos pedagógicos e educacionais nos quais a disciplina de sociologia é aplicada, com o objetivo de repassar conhecimento científico, a fim de solucionar problemas de ordem política, social e econômica, emergentes em um país ainda em processo de formação. Entretanto, a partir das décadas seguintes a 1950, o que era possível observar com relação à educação e ao ensino de sociologia, foi um visível afastamento por parte dos sociólogos. Tal desinteresse pode ser explicado através da ligação entre a institucionalização da disciplina de sociologia no Brasil e o modo pelo qual ela era trabalhada nas escolas (JINKINGS, 2007 *apud* SILVA, et al., 2012).

Outro fator importante elencado por Jinkings (2007) e que possivelmente contribuiu para o afastamento dos sociólogos em relação ao aspecto educacional, foi a exclusão da disciplina de sociologia da grade curricular do ensino de nível médio durante quarenta anos, devido a Reforma Capanema, de 1942, período que corresponde o Estado Novo até 1980, contexto da ditadura militar.

O ensino médio, a partir de 1964 passou por significativas transformações, decorrentes das reformas ocorridas na educação durante o período dos governos militares, dentre essas mudanças, consta a profissionalização compulsória, que tinha como objetivo formar técnicos para o trabalho, durante o período conhecido como o milagre econômico brasileiro (JINKINGS, 2007).

Por outro lado, aconteceu nas universidades uma separação entre licenciatura e bacharelado. Enquanto a sociologia nesse período era apresentada como optativa para o colegial, a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) repassavam ideias conservadoras do regime ditatorial militar, pautada numa visão conservadora de nação e sociedade rumo à modernidade.

Sarandy (2004) argumenta que a concepção que temos sobre as ciências sociais e a disciplina de sociologia, bem como a sua representação no sistema educacional, são influenciadas pelo contexto do regime autoritário que compreende o período do Estado Novo e o Golpe Militar de 1964, momento em que a sociologia como disciplina do curso normal e secundário é inserida na academia¹.

No período do regime ditatorial militar (1964-1989), o investimento nas ciências sociais foi mínimo se comparada às ciências denominadas “tecnológicas”. Se nas décadas de 1930 a 1950 as atividades científicas dos intelectuais, bem como suas práticas residiam na formação de professores através de escolas e institutos, na década de 1980 as tecnologias ganharam força na educação, enquanto que a sociologia era deixada de lado (SARANDY, 2004).

Outro fator elencado é o surgimento de diversos movimentos sociais, como o movimento estudantil e a luta sindical que se posicionavam contra o descaso às ciências sociais, tais acontecimentos ocorreram após o Estado Novo e principalmente à ditadura militar.

¹ Essa argumentação de Sarandy (2004) é contrária ao entendimento que Jinkings (2004) possui sobre esse período. Nesse trabalho, acredita-se que a melhor denominação/explicação é a de SARANDY pois a tecnologia ganha força e a sociologia é incorporada de forma mais lenta.

Em 27 de outubro de 1983, a associação dos sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP) entregou à Secretaria de Educação do estado, um documento que apresentava a necessidade da disciplina de sociologia na formação do aluno (MEKSENAS, 1994 *apud* JINKINGS, 2004). A justificativa era a de que durante o período de crise do “milagre brasileiro” a profissionalização compulsória do ensino médio foi invalidada, por meio da lei nº 7.044/82, e de que nesse mesmo período a resolução SE nº 236/83 incluía a sociologia na forma diversificada da grade curricular.

Posteriormente à resolução citada, houve em congressos e fóruns a constatação de que havia pouco material didático e os conteúdos programáticos da disciplina de sociologia eram confusos. E em decorrência disso, com o propósito de eliminar esses problemas, os segmentos envolvidos na questão da institucionalização da disciplina de sociologia nas escolas, acrescentaram às suas reivindicações, a falta de cursos para a atualização de professores da referida disciplina. Assim como, a necessidade de concurso público para o ingresso no corpo de docente nas universidades do estado de São Paulo (JINKINGS, 2007).

Além desses fatores postos acima, outros dificultam a efetivação da sociologia na grade curricular, principalmente os oriundos da própria estrutura educacional e da própria situação da disciplina na grade curricular no Brasil.

1.1 Avanços institucionais e a efetividade da disciplina de sociologia

Meucci (2000) sugere que a primeira vez que a disciplina de sociologia foi obrigatória foi em 1891, porém, a proposta de ofertar no ensino ocorreu no governo provisório da República. Alguns anos depois, em 1901, a oferta de tal disciplina não se concretizou e foi banida dos seguimentos de ensino. Em meio a lutas, as ciências sociais colaboraram para que a disciplina de sociologia fosse inserida no contexto do ensino secundário.

No período de 1920 e 1930, em alguns colégios houve a disciplina de sociologia, proposta por alguns sociólogos brasileiros, sendo um exemplo, o Colégio Pedro II, coordenado por Delgado de Carvalho, em 1925 no Rio de Janeiro. Em 1929 foi implantado no Pernambuco pelo Secretário de Educação, Carneiro Leão, posteriormente em São Paulo no ano de 1927 e no Distrito Federal em 1930, coordenado por Fernando Azevedo. De acordo com Simone Meucci (2000, p. 45):

[...] a sociologia estaria também contribuindo para o melhoramento social, instituindo padrões de civismo e despertando amor à pátria. Por conseguinte, podemos dizer, a realização de análises sociais pelos alunos dos cursos complementares era compreendida, a um só tempo, como um exercício de civilidade e civismo.

Em 1930 surgiu um conjunto de transformações sociais que resultou em um rompimento da efetividade das condições sociais, gerando um movimento que buscava mudanças, porém, mudanças elitistas. Neste período, existiu também um conjunto de iniciativas governamentais que efetivava a disciplina de sociologia na estrutura de ensino do sistema nacional, tanto nas escolas de nível médio, quanto na formação em nível superior.

De acordo com Costa Pinto e Carneiro (1955) (*apud* JINKINGS, 2007), os investimentos na institucionalização das ciências sociais foram resultantes de um entendimento das elites dirigentes quanto à função destas ciências, particularmente da sociologia, como ferramentas de progresso social, que orientariam a ação e contribuiriam para a integração nacional.

Em termos constitucionais, a sociologia é posta primeiramente na Lei de Diretrizes da Educação Brasileira (LDB), nº 9.394/96, em seu artigo 36, parágrafo 1º, inciso III, estabelecendo que o estudante, ao finalizar o ensino médio, deveria “demonstrar domínio de conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania”.

Em uma triagem sobre as leis que tornava a sociologia uma disciplina no Ensino Médio, destaca uma forte controvérsia nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), bem como, na Resolução nº 03/98 e no Parecer nº 15/98, que ao invés de efetivar a sociologia como disciplina, como era o aguardado, se propôs uma interdisciplinaridade, ou seja, a sociologia seria ofertada e teria seu conteúdo abordado junto às demais ciências humanas.

Já em 2006 com o lançamento do documento Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCM). Elaborado por meio de discussões de técnicos da educação básica das escolas públicas e sociólogos, o intuito era melhorar o funcionamento do ensino de sociologia e torná-la disciplinar. Esse documento tinha como objetivo contribuir para o estreitamento de diálogo entre professores e alunos da educação básica. Ainda o mesmo, possuía como proposta a democratização do ensino, tanto porque para a elaboração foi englobado a visão de alunos e representantes acadêmicos, de modo democrático sobre a escola (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2006).

Nesse contexto, houve melhoras na educação por meio de programas e financiamentos, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), cuja proposta do Governo Federal era a de facilitar o acesso a escola e consolidar a permanência dos alunos nessa, ao menos no período inicial das 3 (três) primeiras fases, sendo ensino fundamental 1, ensino fundamental 2 e ensino médio. Logo, priorizar a qualidade da educação básica pública, na qual se insere o ensino médio (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2006).

Vale ressaltar outra ação governamental posta pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 2006 em relação à melhoria da Educação no Ensino Médio, por meio do Programa de Equalização das Oportunidades de Acesso à Educação Básica (PRODEB) e do Programa Nacional do Livro do Ensino Médio (PNLEM) que propunha um conjunto de cursos preparatórios, com a intenção de que a educação básica em todas as suas etapas tivesse qualidade. Além de, uma atuação conjunta entre Secretarias de Educação e Instituições de Ensino, com a implantação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2006).

À essas “melhoras”, os autores da OCEM realizaram uma defesa da presença disciplinar da sociologia, desenvolvendo uma reflexão sobre as possibilidades educativas das ciências sociais e da sociologia em particular, traçando um desenho analítico dos pressupostos metodológicos do ensino da disciplina nas escolas brasileiras.

A OCEM (2006) possuía:

A finalidade de superar tal situação de ambiguidade, um projeto de lei (PL nº 09/00) aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado alterava o artigo 36, parágrafo 1º, inciso III da Lei nº 9.394/96 e afirmava a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia, juntamente com a Filosofia, na grade curricular das escolas públicas. O projeto foi vetado em 2001, pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Logo, a sociologia como disciplina neste momento sofria represarias, pois dependia do Estado para decidir sua obrigatoriedade ou não nos currículos escolares. Assim, ficava a cabo de cada estado da federação optar pela existência da disciplina nos três anos do Ensino Médio ou em uma série do mesmo. Um estado que se destacou pela obrigatoriedade da sociologia em sua grade no ensino médio foi o estado de Santa Catarina (SC), que efetivou mediante Lei estadual nº 173/98 no artigo 1º a obrigatoriedade do ensino de sociologia no 3º ano (JINKINGS, 2007).

Em 11 de agosto de 2006, tornou-se efetivo a reimplantação da sociologia como disciplina na educação básica de ensino, neste momento tornou-se obrigatório em todo

território nacional, sendo efetivado através da homologação nº 38/2006 do Conselho Nacional de Educação (CNE). Neste período fora discutido todo o eixo temático da sociologia, como por exemplo, sua efetividade, questionamentos de como deveria ser tratada a disciplina, se por ciências sociais ou sociologia? Outro ponto que era discutido na época era de como seria acatada tal disciplina pelos discentes e quais seriam os materiais voltados para a sociologia.

Antes de ser implantada na grade curricular, pode-se observar que muitos impedimentos foram promovidos pelo Estado. Como afirmam Bispo (2003) e Villas Bôas (1998) “a disciplina de sociologia teria sido proposta ainda no Império”.

Segundo Sarandy (p.126, 2007) a sociologia poderia ter sido efetivada nas grades curriculares do país bem antes do ano de 2006.

Em 1882, “Rui Barbosa, enquanto deputado apresentou projeto que versava sobre a reestruturação do ensino” (RÊSES, 2005); em 1891, nova proposta é lançada a partir de um projeto para a re-estruturação do ensino no Brasil, de Benjamin Constant. A proposta foi descartada após a morte de Constant, retirada do currículo pela Reforma Epiácio Pessoa, de 1901, “sem nunca ter sido ofertada” e efetivada (RÊSES, 2004), outra vez proposta pela Reforma Rocha Vaz, em 1925, e ratificada com a Reforma Francisco Campos, em 1931. Em 1942, no entanto, a Reforma Capanema retira a obrigatoriedade do ensino da sociologia da escola secundária e entre esse ano e 1960 a disciplina vai sendo alijada pouco a pouco do ensino secundário, sobrevivendo apenas no curso superior e na escola normal.

Nessa linha histórica que Sarandy (2007) propõe, ficam expressas as lutas que foram travadas em torno da integração da disciplina de sociologia nos currículos da educação básica no Ensino Médio, e que ainda há muito a ser feito e elaborado, como por exemplo, o conteúdo programático da matéria, pois, esse se encontra nebuloso e desfocado ao que realmente a sociologia pode oferecer.

De acordo com Sarandy (2007) a sociologia perdeu parte de seu significado, um exemplo disso é que o ensino de sociologia em qualquer meio, seja nas Faculdades, Universidades ou na Educação Básica, após sua “reintegração” no seio escolar tornou-se diferente do que se propunha como ciências antes de tal conquista. Pois “(...)a rejeição existente no interior do campo acadêmico das ciências sociais, no que tange à pesquisa sobre questões de ensino da sociologia, é fator relevante para a pouca legitimidade da disciplina (...)”.

De acordo com Jinkings (p.127, 2007) a oferta da disciplina de sociologia ainda é precária. Outro fator é que a sociologia como disciplina é algo novo para a sociedade educacional, em um contexto de precarização do sistema público de ensino, os desafios das ciências sociais e da sociologia em particular são grandes, principalmente os

relacionados aos processos educativos em uma sociedade capitalista em pleno século XXI.

Nesse momento, alguns dados importantes devem ser analisados e refletidos, um deles é que a disciplina de sociologia tem um contexto histórico diferente das demais disciplinas do Ensino Médio, pois em muitas instituições de ensino, seja público ou privado, há ainda uma cultura elitista, assim como ideais preconceituosos.

Outro fator importante é que a sociologia como disciplina é algo recente, sendo assim, não há ainda muitos docentes especializados, seja em escolas estaduais, municipais e/ou privadas. Os professores que lecionam a disciplina não abordam o conceito histórico da sociologia, tomando muitas vezes, rumos que não condizem com os princípios clássico-transformadores da disciplina. Na maioria das vezes não utilizam livros didáticos, e, por conseguinte, não ofertam conhecimentos profícuos, ancorados nos pressupostos: tema/teoria/conceitos (JINKINGS, 2007).

A sociologia deve ser uma disciplina a ser ofertada como um recurso intelectual, emancipando o aluno para observar a sociedade de forma crítica, não se ver coagido, a ponto de aceitarem a versão da história da forma que lhe é contada, por meio de um processo de desnaturalização e estranhamento da vida cotidiana. Ou seja, a sociologia poderia fomentar uma sociedade mais democrática, com cidadãos ativos e transformadores.

CAPÍTULO II: FLORESTAN FERNANDES: UMA BIOGRAFIA DE SUA SOCIOLOGIA.

1.1 Florestan Fernandes: formação e contexto

O autor Florestan Fernandes afirma que sua família era pobre, sendo assim, não custeavam seus livros, o que levou-o a dedicar-se ao máximo para conseguir aprender o conteúdo exposto nos livros.

No período em que Florestan Fernandes cursou a universidade, surgia um novo período no Brasil, o curso Superior de Sociologia era eclético, não fixava o ideal do curso em apenas um eixo temático. O ensino não ocorria por meio de manuais, pois, era reprimido o uso de manuais pela maioria dos professores, com exceção ao Professor Hugon, o qual Fernandes se identificou. De acordo com Florestan só foi possível uma divulgação da sociologia e da antropologia no Ensino Básico, mais tarde, por meio dele e de Antônio Candido (FERNANDES, 1975).

Florestan Fernandes se descreve como arrimo de família, aos 6 (seis) anos de idade já começou a ajudar alguns barbeiros da região em que morava. Mais tarde com 14 (quatorze) anos ajudava a família e posteriormente, com 17 (dezessete) anos já morava sozinho com um amigo, nessa época concluiu os atrasos que permeavam os seus estudos e foi aceito pela Universidade de São Paulo (USP) de forma honrosa. Isso só foi possível, devido um curso que fez de tiro de guerra e datilografia, e por meio da indicação de um amigo a um emprego, de garçom, profissão essa que era apenas para prostitutas e negros (FERNANDES, 1975).

Os cursos superiores na época da formação de Florestan Fernandes eram monográficos, de balanço dos conhecimentos obtidos em determinados campos. Por exemplo, havia curso de Sociologia Estética, de Sociologia Econômica, de Monografia Familiar, de Introdução à Economia, História das Doutrinas Econômicas. Não havia cursos de técnicas e métodos aplicados à investigação e, muito menos cursos de técnicas e métodos aplicados à parte lógica e de construção da inferência, indução e dedução (FERNANDES, 1975).

Florestan Fernandes também lutava contra o Estado Novo², por meio do movimento trotskista, mantendo assiduamente o contato com o marxismo (FERNANDES, 1975).

² O Estado Novo é o nome que se deu ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil, de 1937 a 1945. Este período ficou marcado, no campo político, por um governo ditatorial. Em janeiro de 1938

Logo, pode-se compreender que a sociologia de Florestan Fernandes propõe uma nova sociologia ao Brasil, principalmente a partir de conceitos históricos. Pressupõe-se um caminho para uma visão social e teórica da real situação da sociedade, emanando um pensamento crítico, de uma ideia de sociologia do antes e do depois, ou seja, do passado e do presente, conhecendo o passado e podendo corrigir o presente e aceita-lo.

Essa sociologia permitia uma comunicação crítica entre algumas teses sociológicas, distinta dos trabalhos de Gilberto Freire, Oliveira Vianna, e Euclides da Cunha e outros, pois nesse momento surgia uma nova etapa de entendimento da sociologia, por meio de novos estilos teóricos e pensamentos (ARAÚJO, 2005).

Em termos sociológicos, o autor Florestan Fernandes executou uma obra de extrema importância. Suas elaborações realizam reflexões sobre autores do “passado” clássico e do “presente”, como Spencer, Comte, Marx, Durkheim, Weber e por fim, Mannheim. A proposta de Florestan era uma reflexão sobre os distintos pensadores e obras, com o intuito de criar uma interpretação crítica, especialmente nas obras *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, e *A natureza sociológica* (ARAÚJO, 2005).

Nessas obras, Florestan Fernandes leva adiante os ideais propostos por Comte, Spencer, Durkheim, Weber, Sombart, Tönnies, Mannheim, Merton e outros.

De acordo com Octaviano Ianni (1985):

Em uma formulação muito breve, pode-se afirmar que a interpretação do Brasil formulada por Florestan Fernandes revela a formação, os desenvolvimentos, as lutas e as perspectivas do povo brasileiro. Um povo formado por populações indígenas, conquistadores portugueses, africanos trazidos como escravos, imigrantes europeus, árabes e asiáticos incorporados como trabalhadores livres.

Grande parte das concepções sociológicas de Florestan Fernandes surgiram da sociologia manheimiana, principalmente a ideia de que os intelectuais deveriam pensar sobre o que era a vida em sociedade. O autor cita que Mannheim foi muito importante para ele, sendo que na Alemanha, Mannheim era chamado de “socialista róseo”. “Sua carreira intelectual na Inglaterra, em termos políticos, fica impregnada de um espiritualismo que o incentiva, da busca de uma conciliação entre socialismo e

deveriam ocorrer as eleições presidenciais. Porém, alegando a existência de um suposto plano comunista (Plano Cohen) e aproveitando o momento de instabilidade política pelo qual passava o país, Getúlio Vargas deu um golpe de estado em 10 de novembro de 1937. Vargas contou com o apoio de grande parte da população (principalmente da classe média com medo do comunismo) e dos militares. Começou assim um período ditatorial. Após o golpe, Vargas fechou o Congresso Nacional e impôs uma nova constituição (apelada de “polaca”) com várias características anti-democráticas (MELO, 2006).

democracia, à procura de um "terceiro caminho" que implicava em um claro retrocesso intelectual e político” (FERNANDES, 1975).

E em decorrência dessas leituras mannheiminiana, Florestan Fernandes afirmava e defendia que a educação fosse oferecida de forma democrática, e que isso criaria uma sociedade comprometida com o fluxo social de cada cidadão. O autor lutava pela democratização da educação, principalmente depois da vaga conquistada na Universidade de São Paulo, quando Fernando Azevedo, em 1944 deu a vaga de assistente a Florestan, algo que contribuiu para ampliação de conhecimento do mesmo (FERNANDES, 1975).

Ainda em relação aos caminhos e descaminhos de Florestan Fernandes, em 1945 o autor conclui seus estudos com um trabalho sobre um “*bororo marginal*”, cujo título era: “*Tiago Marques Aibopureu: um bororo marginal*”, no evento organizado por Herbert Baldus, Antônio Colbacchini e César Albisetti (ARRUDA, 2010).

Falando de Florestan Fernandes, é preciso assinalar que, além da obra de sociólogo e da ação de intelectual empenhado nos problemas do tempo, além da atividade de professor, de formador de equipe, de criador de rumos na teoria e na investigação, ele realizou outra obra não menos admirável: a construção de si mesmo (CANDIDO, 1996. p. 63).

O prestígio de Florestan Fernandes, agora acadêmico e professor fora tamanho que seu artigo intitulado “*Tiago Marques Aiborureu: um “bororo marginal”*” foi publicado mais de duas vezes, nos anos de 1960 e 1975. Assim, mesclando lutas, conhecimento e vida, o autor pode ser observado a partir de fases, uma como ingressante acadêmico, em 1941 quando publicou dois trabalhos, uma sobre o folclore paulistano, outra após a conclusão de seu curso, sobre a sociologia.

Os trabalhos elaborados por Florestan Fernandes o transformaram em referência ao grupo de estudos de sua faculdade. O autor se destacava em suas reflexões sobre a vivência em sociedade, embasando suas pesquisas em teses sobre o folclore e a cultura popular do povo brasileiro a partir da etimologia.

De acordo com Ianni (1985, p.06) Florestan buscava de todas as formas refletir sobre a realidade social:

As suas contribuições sobre as relações raciais entre negros e brancos, por exemplo, está atravessada pelo empenho de interrogar a dinâmica da realidade social, desvendar as tendências desta e, ao mesmo tempo, discutir as interpretações prevaletentes. No mesmo sentido, as duas reflexões sobre os problemas da indução na sociologia avaliam cada uma e todas as teorias, os métodos e as técnicas de pesquisa e explicação, da mesma maneira que oferecem novas contribuições para o conhecimento das condições lógicas e históricas de reconstrução da realidade. Essa perspectiva está presente nas monografias e ensaios sobre o problema indígena, escravatura e abolição,

educação e sociedade, folclore e cultura, revolução burguesa, revolução socialista e outros temas da história brasileira e latino-americana.

Outra parte importante da sociologia de Florestan Fernandes se expressa na pesquisa que esse interpreta sobre as condições e possibilidades da transformação da sociedade. Um de seus temas mais marcantes era a evolução³ da sociedade, esboçado nos livros *A sociologia numa era de revolução social* (1963), *A revolução burguesa no Brasil* (1976), *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana* (1979).

Ainda relativo às proposituras teóricas de Florestan Fernandes, pode-se observar que o autor destaca o papel do cientista social, bem como, os problemas educacionais relacionados a educação pública, em relação a sua precariedade teórica.

O ideal de Florestan Fernandes era inaugurar uma nova época na história da sociologia no Brasil, uma nova forma de pensar a sociedade, agregando eficácia no entendimento do presente, assim como repaginar o passado e promover uma imaginação sobre o futuro (FERNANDES, 1975).

1.2 Florestan Fernandes: influências teóricas, método e principais conceitos

O intelectual Florestan Fernandes é sem dúvida o fundador/idealizador da sociologia crítica brasileira. Seus trabalhos de produção são carregados de uma forma de reflexão questionadora da realidade, da sociedade e da forma de pensar. Sua contribuição é exemplar nos estudos de conflitos entre negros e brancos, o qual mais tarde Octaviano Ianni traçou a mesma perspectiva no seu fazer sociológico (ARRUDA, 2010).

Outra reflexão na obra de Florestan Fernandes é a indagação em relação à indução/inclusão da sociologia como método e técnica de pesquisa em conhecimentos lógicos e a formação histórica da sociedade, tematizando os problemas da sociedade, da educação, da escravatura, das diversas culturas, até mesmo da Revolução Burguesa, da Revolução Socialista e da história do Brasil, bem como, a latino-americana (ARRUDA, 2010).

Ao propor uma diversidade de análise, Florestan Fernandes insere-se em uma nova etapa intelectual, que deseja transformar os ideais em pensamentos e reflexões críticas, com o intuito de afastar o Brasil da desigualdade social, assim como da interpretação “maldosa” de diversos grupos sociais existente no país, sendo possível

³ O termo evolução é empregado por Florestan Fernandes (1975) no sentido de caminhar histórico em se tratando de avanços na sociologia.

uma aceitação social menos carregada de uma cultura que agrega muita formalidade burocrata, o qual foi desenvolvida ao longo da história (IANNI, 1985).

De acordo com Ianni (1985, p. 3) as inquietações sociológicas de Florestan são assertivas, pois há uma mescla de teoria sociológica clássica e busca por compreensão histórica sociológica dos problemas do presente.

É claro que as contribuições teóricas dos clássicos tiveram desenvolvimentos diversos, às vezes notáveis. Além disso, têm surgido outras e novas propostas teóricas: fenomenologia, existencialismo, estruturalismo, estrutural-funcionalismo, hiperempirismo dialético, teorias de alcance médio, teorias sistêmicas e assim por diante. Mas talvez seja possível afirmar que todas as mais notáveis contribuições teóricas posteriores aos clássicos guardam algum, ou muito, compromisso com eles. A sociologia é uma forma de apropriação e constituição do mundo social gerada por dissolução da comunidade, emergência da sociedade burguesa, dinâmica de uma sociedade fundada nas desigualdades social, econômica, política e cultural.

A pluralidade que ronda o pensamento de Florestan é porque no Brasil a sociologia pode ser vista de várias formas e ainda sob preconceito sobre a temática. De acordo com Octaviano Ianni (1985) as diversas culturas existentes no Brasil são resultados das peculiaridades sociais, pois quando o homem torna-se ser social começa o processo de sociabilidade e essa interação social é o fenômeno básico de investigação sociológica.

Assim, a interação dinâmica é central na teoria de Florestan, pois contém em si, diferentes formas de independência de cada cidadão. Ou seja, "sociedade e indivíduos não denotam fenômenos separáveis, mas são simplesmente os aspectos coletivos e distributivos da mesma coisa, a mesma teia de relações sociais que constitui as condições de persistência e transformação da realidade social" (IANNI, 1985).

Nesse sentido, Florestan Fernandes afirma que distinto do que compreende por teoria, o que

(...) se entendia por teoria, realmente era um ensino altamente abstrato e que levava os estudantes a trabalhar principalmente com ideias. Quando se falava em teoria, o que se pensava era mais em história das ideias ou, então, em balanços críticos em certa área de trabalho (FLORESTAN, 1975).

Além de que, as perspectivas teóricas e metodológicas do autor, segundo o mesmo não seguia linearmente um objetivo, pois, apenas Comte teve esse sucesso ao longo de toda a sua trajetória. Nesse contexto, Florestan afirma em se tratando de sociedade e pessoas que vivenciam e compartilham um *habitat* em comum, nada é permanente, isso se transforma ao longo do tempo.

A perspectiva sociológica de Florestan sobre a sociedade brasileira, com acentuada desigualdade social, econômica, política e cultural, permitiu o mesmo a

questionar os preceitos da sociologia clássica e moderna e resgatar os conteúdos críticos. Assim, buscava-se recriar temas e conceitos que pareciam pretéritos. As noções de interação, organização, sistema e mudança, entre outras, apresentavam-se como possibilidades de pesquisar e explicar a anatomia das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica, que articulavam as desigualdades e os antagonismos sociais, econômicos, políticos e culturais (FERNANDES, 1975).

E essa perspectiva sociológica (de Florestan) tornou-se ainda mais efetiva na relação com os princípios do idealismo marxista. O pensamento dialético pode ser visto de modo original, desde os desafios abertos posto pelo presente e pelo passado na sociedade brasileira e latino-americana. O seu conteúdo essencialmente crítico ressoa mais perto, congruente e consistente. O que, por sua vez leva a sociologia ao ponto de vista crítico, ainda que moderadamente, devido a força da questão social é o marxismo. As disparidades, desigualdades e contradições colocam-se, desde o começo, como momentos nucleares das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica que produzem e reproduzem a sociabilidade burguesa (FERNANDES, 1975).

Com o indicativo de um método plural, a partir das teorias sociológicas clássicas, Florestan Fernandes estrutura sua teoria em 5 (cinco) pontos.

O primeiro ponto refere-se ao funcionamento e transformação da sociedade vinculada ao capitalismo industrial.

Ou seja,

A imaginação sociológica, enriquecida pela dialética, pode "ligar o modo de existência, o movimento e a vida através das contradições", procurando "estas últimas através de condições concretas variáveis de sociabilidade, associação e interação". A dialética permite "apanhar a unidade no diverso", isto é, "a totalidade como expressão de determinações particulares e gerais". Em essência, o real e o pensado se constituem reciprocamente, de tal maneira que "a práxis vem a ser o critério experimental de verificação da verdade objetiva" (FLORESTAN, 1975).

O segundo ponto de Florestan Fernandes de inflexão se constrói por meio da teoria marxista. Principalmente por meio da obra *Contribuição à crítica da economia política*, (traduzida e publicada em 1946 pelo próprio Florestan).

O terceiro ponto é o diálogo com Euclides da Cunha, Lima Barreto, Manuel Bonfim, Astrogildo Pereira, Graciliano Ramos e Caio Prado Júnior, de modo implícito e/ou explícito. Esse diálogo com a "família" intelectual tinha como proposta desafios e sugestões sobre a sociologia brasileira, em termos teóricos e práticos. Abraçam lutas

sociais, do passado e do presente (século XX), com a intenção de permitir que a classe menos favorecida manifeste-se. Buscando “(...) recuperar algumas dimensões básicas das condições de existência, vida e trabalho, do índio, do caboclo, do escravo, do colono, do seringueiro, do peão, do camarada, do sitiante, do operário e de outros, pretéritos e presentes” (AZEVEDO, 2011, p.44).

O quarto ponto estava relacionado com o terceiro ponto, ou seja, com as situações sociais dos anos 1940. Pois, estavam ocorrendo transformações na sociedade em todos os aspectos, como industrialização, urbanização, migrações internas, política, partidos políticos, regime de governo, dentre outras. Essas transformações levaram todos a analisar e repensar desde a Igreja até o governo imperialista, assim como o papel das universidades, as possíveis revoluções e contra revoluções, dentre outros.

De acordo com Florestan Fernandes (1964, p. 3):

A contribuição do professor Hugon não se dirigiu no sentido de criticar as fontes utilizadas ou o modo de aproveitar estas fontes. Ele pensou muito mais em termos de completar o levantamento para fazer, depois, uma verdadeira tese de doutorado. Mas, de qualquer maneira, vocês vêm que era um trabalho que permitia combinar história e estatística com a análise econômica. O que indica um nível de ambição teórica pouco comum nas condições imperantes de aprendizagem.

De acordo com Florestan (1975) o Brasil ao tornar-se industrial, não perdeu as culturas rurais e pouco se urbanizou. Nesse momento, em meio a controvérsias econômicas, sociais, de partido, o autor renovou seu pensamento sobre a sociedade em si, refazendo o próprio pensamento, diferente do que a história geral propõe. Sendo um exemplo claro disso, a afirmação de que a Revolução de 1930 foi uma revolução elitista, cujo povo era “cobaia” nas mãos dos burgueses, manipulados pela elite (FLORESTAN, 1975).

O último ponto que se destaca é a desmistificação da sociedade e dos conceitos históricos/sociológicos da época, com o intuito de observar o povo de forma mais “verdadeira” o autor destaca como fundamental a presença dos grupos e classes sociais que compreendem a maioria do povo, mostrando uma extensão social e histórica mais ampla do que aquele que surge no pensamento produzido segundo as perspectivas dos grupos e classes dominantes. Mostrando aqui os grupos: negro, escravo e livre, que veem-se em um novo paradigma social, mais amplo:

As coisas que tiveram maior importância na minha obra como investigadoras se relacionam com pesquisas feitas na década de 40 (como a investigação sobre o folclore paulista, a pesquisa de reconstrução histórica sobre os Tupinambás e várias outras, de menor envergadura) ou com a pesquisa sobre relações raciais em São Paulo feita em 1951-52, em colaboração com Roger

Bastide (e suplementada por mim em 1954). Esse trabalho puramente intelectual conformou o meu modo de praticar o ofício de sociólogo (FERNANDES, 1975)

De 1951 a 1954, ressoaram na vida intelectual de Florestan, entre outras temáticas, os movimentos e os acontecimentos sociais e políticos, assim como a defesa de uma escola pública. O que pode ser compreendido como uma ruptura de ordem prática. Um movimento que desvendou detalhes da sociedade e da história. “Foi uma avenida que nos pôs em contato com os problemas humanos da sociedade brasileira”. Pois, os desafios representados pelos movimentos e acontecimentos da época foram produtivos ao autor, pois fez com que ele descobrisse coisas sobre a sociedade que ficavam ignoradas, por trás do escudo da 'neutralidade' e da 'profissão', isoladas mentalmente. Quando se está ligado na máquina do mundo, "aproveita-se a colaboração coletiva dos auditórios, o que torna o movimento de ideias muito mais rico, aberto e fecundo" (AZEVEDO COSTA, 2011, p.55).

Ainda cabe destacar alguns intelectuais e “políticos” que marcaram a sociologia do autor, entre eles Che Guevara, José Martí, José Carlos Mariátegui, dentre outros, em relação às reflexões sobre as responsabilidades políticas da militância e a ética no meio sociológico (FLORESTAN, 1975).

Fazendo parte desse mesmo contexto (e de todo o século XX) a incorporação e a retirada da disciplina de sociologia do currículo dos cursos normais e secundários e depois do ensino médio e do ensino superior, uma das reflexões que Florestan realizava era sobre o papel da sociologia e disciplina de sociologia perante a sociedade, no sentido de que ambas poderiam emancipar os cidadãos, fazê-los refletir sobre a vida em sociedade, por meio do que ficou denominado de “Nova Escola” (termo usado para as escolas após a introdução da disciplina de sociologia nas grades curriculares da educação básicas) (COSTA, 2011).

Logo, nesse trabalho parte-se da ideia de que a sociologia guarda a relação de discentes e docentes e cientistas sociais. E que ao observar a trajetória de Florestan, ou seja, o seu percurso pessoal e intelectual, assim como a sua concepção de sociologia e o poder dessa enquanto disciplina, a sociologia só faz sentido se for delimitada dentro de um projeto maior de educação, de formação dos adolescentes, dos jovens e dos adultos (SILVA, 2004).

Que para Sarandy (2004, p. 23) é

O *sentido* da sociologia na escola ainda a ser construído discursivamente nas experiências de *comunicação* entre professores de ensino médio e

pesquisadores das ciências sociais - abrange a fundamentação teórica da mesma e implica a densificação dos debates acerca de seu ensino que passam a ser protagonizados pelos seus profissionais, quer nas escolas, quer nas universidades e institutos de pesquisa, nenhum deles unilateralmente.

E nesse sentido, Fernando de Azevedo (1962) argumenta que é preciso nas condições presentes, sacrificar o homem de letras, como o próprio fez certo modo, servindo à ciência e, especialmente, à sociologia, particularmente útil ao técnico, ao reformador e ao político. Logo, a disciplina de sociologia deve consistir no conjunto de métodos e teorias que possuem como objetivo o estudo da sociedade, assim como intervir na mesma, para melhor construir uma análise intelectual.

Para Ielzi (2005) é necessário superar o hábito de entender o currículo apenas como grade curricular, mero exercício de divisão de carga horária, virando um campo de batalha entre os professores que, certamente, vão defender seu espaço imediato de trabalho, de acordo com sua formação e disciplina.

Outro ideal posto à sociologia por Florestan Fernandes sobre o ocorre por meio de uma crítica ao elitismo contido em nossa realidade educacional, por meio dos textos: Educação e sociedade no Brasil (1966), Universidade brasileira: reforma ou revolução? (1975), “A questão da USP (1984) e O desafio educacional (1989) (Jinkings, 2007)” é que o principal papel do ensino da sociologia é o desenvolvimento democrático e a participação da sociedade de forma mais democrática no Brasil.

Para Florestan não existia uma sociologia brasileira e, sim, uma sociologia no Brasil – que dialogava com métodos e teorias elaborados, aplicados e aperfeiçoados por e em diferentes países. O reconhecimento do caráter “útil” desta ciência, pelo autor, deveu-se ao fato da sociologia ter lhe possibilitado desenvolver novas ideias e procedimentos que orientaram ou reorientaram as formas de sociabilidade, o léxico científico e político e a estrutura organizacional das instituições que fundou, dirigiu e/ou reformou no país, com racionalidade, principalmente no contexto da modernização institucional do país, ocorrida a partir de 1930 (AZEVEDO, 1962, p.13).

CAPÍTULO III: FLORESTAN FERNANDES: EDUCAÇÃO E O ENSINO DE SOCIOLOGIA

A sociologia no Brasil aparece primeiramente vinculada às Escolas de Educação Básica. A princípio a sociologia estava voltada apenas para formação de professores, posteriormente, foi oferecida ao Ensino Superior em todos os cursos. A sociologia inicialmente foi considerada disciplina curricular na Educação Básica, mas sempre esteve ligada a toda a Educação, vale salientar que quando se cita educação, entende-se educação básica, cursos preparatórios e Ensino Superior (COSTA, 2010).

A sociologia específica na formação de professores, devido as reformas que ocorreram no Brasil no período de 1920, destacando a reforma promovida por Estácio de Coimbra no Pernambuco teve por base o Plano de Reforma do Ensino, instituída por Antônio Carneiro (1966) que fazia parte do movimento da Escola Nova.

E em consequência de uma série de reformas, a disciplina de sociologia foi instaurada no curso de formação de professores da Escola Normal de Pernambuco, sendo o primeiro professor a lecionar a disciplina Gilberto Freyre, no ano de 1929 (COSTA, 2010).

Um fator bastante importante é distinguir a sociologia científica da sociologia como disciplina. Visto que a sociologia surge primeiramente como disciplina, depois como sociologia científica no Brasil.

No início do século XX, no Brasil foram criadas as primeiras cátedras de Sociologia em Escolas Normais (1924-25), enquanto a disciplina auxiliar da pedagogia, dentro do esforço democratizante do movimento reformista pedagógico teve sua expressão no movimento da Escola Nova. Assim, neste momento, ocorreu a proliferação de publicações, como os manuais e coletâneas sobre o ensino de sociologia, que procuravam divulgar as ideias de cientistas sociais europeus e norte-americanos renomados, tais como Durkheim e Dewey, bem como ideias sociológicas acerca de problemas sociais como urbanização, migrações, analfabetismo e pobreza (MEUCCI, 2005).

Nesse contexto surgiu a sociologia científica, que advém dos primeiros cursos superiores, como o curso de Ciências Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1933, da USP, em 1934 e da Universidade do Distrito Federal em 1935. E de acordo com Florestan Fernandes (1980, p.60) esse momento pode ser traduzido: “[...] pela preocupação dominante de subordinar o labor intelectual, no estudo

dos fenômenos sociais, aos padrões de trabalho científico sistemático”. Ou seja, com a vinda de professores estrangeiros para a USP e ELSP, foi possível uma disseminação da sociologia, esta preocupação, tornou-se algo negativo, visto que os novos intelectuais estrangeiros passaram a colaborar com a sociologia brasileira.

Segundo Araújo (2009) no mesmo momento que havia a inserção da sociologia nos cursos de formação de professores, essa era repensada em sua concepção, pois, atrelada ao cientificismo que rondava os primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil, havia também a necessidade de professores qualificados para ensinarem a “nova” temática inserida nos currículos escolares.

E os processos de renovar os currículos escolares estavam diretamente ligados ao movimento da Escola Nova, divulgado principalmente por Fernando Azevedo, em 1932, cuja influencia maior advinha de Durkeim (1915) e Dewey (1900).

Fernando de Azevedo definia a sociologia educacional como um estudo capaz de contemplar e identificar os fatos e as instituições de educação. Para ele, teorizar a educação a partir de um estudo sociológico era uma maneira de fugir dos estudos já existentes sobre a mesma ou sobre as instituições escolares no país. Logo, contextualizava a sociologia como um problema que reflete todas as mudanças históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais que ocorreram no Brasil (OLIVEIRA, 2014).

Nesse sentido pode-se afirmar que a sociologia no Brasil, foi introduzida pela Escola Nova, mas não apenas por essa, pois, ao analisar-se o diálogo estabelecido entre os campos da sociologia e da educação no Brasil observa-se o fundamental papel de Anísio Teixeira, o qual tentou criar um diálogo substancial entre as ciências sociais e a educação (OLIVEIRA, 2014).

De acordo com Costa (2010, p.15) “Essa primeira tendência seja de caráter filosófico-sociológico, que mais facilmente se traduz como pedagogia ou filosofia do que sociologia” se refere a introdução da sociologia no Brasil através da Escola Nova. “Porém a relevância daqueles ligados à Escola Nova não se encerra aí, pois, ao analisarmos o diálogo estabelecido entre os campos da sociologia e da educação no Brasil não podemos olvidar o papel de destaque de Anísio Teixeira”. Estudos sobre a filosofia educacional de Anísio Teixeira (Sarandy, 2008) é suficiente para as complexas trocas intelectuais ocorridas no período e se oferece como modelo de análise a ser adotado. Sobre o campo comum de debates, a educação, em que foram forjados os discursos que serão considerados neste trabalho, resgatar aspectos do pensamento social

brasileiro pouco considerado até o momento. Assim, Anísio Teixeira afirma que “a verdade é que estamos cada vez mais longe da formação do cidadão indispensável ao difícil funcionamento da democracia liberal”, um lamento que sintetiza bem o projeto modernizante da educação.

Florestan Fernandes (1966, p. 561) afirmava que:

[...] a incapacidade do regime republicano, que não chegou a criar uma escola pública democrática e a abolir os privilégios que faziam da educação um instrumento de dominação ou de ascensão social, apesar do esforço dos educadores republicanos, no sentido de conduzir o processo revolucionário para dentro da escola.

Florestan Fernandes destaca mais a dimensão relacionada ao processo de democratização do ensino, sendo assim necessário se faz afunilar a relação entre democratização e modernização, no entendimento de Florestan Fernandes, a ligação entre sua análise e a análise do trabalho de Anísio se aproximem através dos ideais de Gilberto Freyre (1966).

Assim, o autor, por sua vez, preocupou-se em apontar os limites impostos pelo modelo adotado pelo CBPE; ainda que considere a data da sua fundação como uma das mais importantes para o ensino do Brasil, critica duramente o fato de constar, entre suas finalidades, a formação de um “mapa cultural” e um “mapa educacional” do país (Fernandes, 1966).

1.1 O Ensino da Sociologia na Escola Secundária brasileira, segundo Florestan Fernandes.

Na década de 1950, Florestan Fernandes, tanto no debate político, como no contexto histórico afirmava que o ensino de sociologia na escola secundária brasileira era importantíssimo, pois era um dos meios de formação do indivíduo cidadão, capaz de compreender e atuar criticamente diante dos dilemas da moderna sociedade urbano industrial. Essa visão se coadunava com sua concepção de uma reflexão sociológica atrelada à construção de canais democráticos de participação nos rumos do desenvolvimento social (FERNANDES, 1954).

Florestan afirmava que o ensino da sociologia representa a forma mais construtiva de divulgação dos conhecimentos sociológicos e um meio ideal para atingir as funções que a ciência precisa desempenhar na educação de jovens na vida moderna (FERNANDES, 1954).

O autor afirmava que o ensino das ciências sociais no curso secundário seria uma condição natural para a formação de comportamentos capazes de orientar o cidadão no sentido de criar e manter harmonia entre a sociedade e compreensão racional do convívio social pelos indivíduos (FERNANDES, 1954).

Ou seja,

[...] as transformações ocorridas nas sociedades modernas substituíram largamente os ajustamentos sociais baseados no conhecimento pessoal íntimo e em normas estabelecidas pela tradição por ajustamentos sociais baseados em situações de interesses e em convicções sensíveis às flutuações dos movimentos sociais ou aos influxos da propaganda. Daí a necessidade de defender a liberdade e a segurança dos indivíduos, através de uma preparação educativa suscetível e adestrá-los, especificamente, para a escolha com fundamento racional. De fato, é de esperar-se que a educação pelas ciências sociais crie personalidades mais aptas à participação das atividades políticas, como estas se processam no estado moderno (FERNANDES, 1965, p.07).

O intuito de Florestan Fernandes não era falar sobre tudo, inclusive do ensino da sociologia na escola média brasileira, mas de acordo com o autor “o ensino da sociologia nas escolas secundárias brasileiras” (1975), com questões de bastante relevância aos estudiosos de ciências sociais, bem como cidadãos e políticos. Assim o homem comum tornaria um ser com efeitos morais, sociais, econômico e político, como um indivíduo livre, crítico e autônomo, devendo a sociologia auxiliar em suas decisões na vida pessoal e política.

De acordo com Florestan Fernandes (1975) para se fomentar um homem livre, crítico e autônomo, tendo como uma das bases o ensino de sociologia, seria importante pensar sobre quais seriam as funções que o ensino de sociologia poderia preencher na formação da personalidade do indivíduo e que razões de ordem geral aconselhariam a inclusão da matéria no currículo do ensino de segundo grau. Assim, como a que concepção deveria subordinar-se o ensino da sociologia nos diversos graus de ensino, inclusive no secundário?

Assim como, as seguintes perguntas:

“Por que se deve desejar a introdução da sociologia no ensino secundário brasileiro: a) Por causa das exigências dos cursos universitários, acessíveis atualmente, que pressupõem conhecimentos prévios da matéria? b) Por que é preciso criar condições plásticas de formação da personalidade e de preparação para a vida na sociedade brasileira?” “Quais são as funções que o ensino da sociologia está em condições de preencher atualmente na escola secundária brasileira e, em particular, em que sentido poderá contribuir para alterar o sistema educacional brasileiro, de modo a fazer com que a educação se torne um instrumento consciente de progresso social” nos diferentes meios sociais em que se integra no Brasil?” “Quais são as alterações de ordem pedagógica, que seriam aconselháveis, tendo-se em vista as condições de integração estrutural e de funcionamento da escola secundária brasileira, para que o ensino da sociologia possa preencher as funções assinaladas?” “Quanto

ao alcance das inovações, com fundamento sociológico: a) O ginásio comportaria ou não uma disciplina com o nome de Elementos de Ciências Sociais?; onde deveria ser localizada tal disciplina; e qual seria seu conteúdo ideal? b) O colégio deveria voltar a possuir uma estrutura mais flexível, na que se introduzisse, convenientemente, o ensino especial de matérias como a psicologia, a economia e a sociologia, ou seria aconselhável manter uma disciplina unificada, como um curso mais adiantado de Ciências Sociais?” (FERNANDES, 1975, p. 09).

Logo, a sociologia, como disciplina curricular na educação básica, possui um contexto amplo quando se visualiza a partir das demais disciplinas que existem na rede curricular do ensino no Brasil. Esta disciplina é tida como garantidora de uma nova sociedade baseada em cidadania e menos submissa às classes superiores, sempre visando à democracia (SARANDY, 2011).⁴

Tendo em vista que o Brasil em 1930 passava por mudanças sociais, históricas e econômicas, com o objetivo de desenvolver a sociedade, necessitava-se de uma educação inovadora. O que fez com que a educação ganhasse força, e, por conseguinte a sociologia era incluída como uma forma de “modernização” social.

De acordo com Antônio Candido (2006) isso era que permeava as diversas abordagens e investigações científicas que determinariam características singulares da sociologia no Brasil.

A expressão “realidade brasileira” é típica do momento, tornando-se verdadeiro lugar comum a que recorriam indiscriminadamente jornalistas, políticos, escritores e estudiosos; havia no ambiente, além disso, uma solicitação intensa pelos estudos sociais, que se multiplicaram nos diferentes campos da história, da economia, da política, da educação, concorrendo para criar uma atmosfera de receptividade e expectativa em torno da Sociologia (CANDIDO, 2006, p.284).

Igualmente, vale ressaltar que Florestan Fernandes faz uma ponte entre a educação como processo social e o planejamento democrático nas sociedades modernas. Segundo o autor, devido a influência da sociologia de Karl Mannheim, principalmente sobre os três eixos de investigação do autor: o estudo sociológico do conhecimento, a educação e o planejamento. Florestan, como Mannheim acreditava que o homem moderno necessitava se apropriar do conhecimento sociológico para entender o passado (as raízes da história do convívio social), bem como os grupos e indivíduos do seu elo de convivência com o intuito de orientar a educação mais viável para alcançar os objetivos do planejamento democrático (COSTA, 2009). Nesse sentido, descreviam a

⁴Existe uma crítica sobre essa perspectiva de Sarandy (2011), alegando que a disciplina seria mero instrumento de manipulação de setores da esquerda política no Brasil (SILVA, 2012).

educação como fundamento formativo, que levaria os cidadãos a opiniões mais sóbrias. Assim, a educação através das ciências sociais seria imprescindível, no início e meio do século XX, para professores de todos os cursos de diferentes áreas de conhecimentos.

[...] a transmissão de conhecimentos sociológicos se liga à necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e controles sociais conscientes na presente fase de transição das sociedades ocidentais para novas técnicas de organização do comportamento humano. [...] O ensino das ciências sociais no curso secundário seria a condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social (FERNANDES, 1975).

O ponto que Florestan Fernandes (1975) destaca é que a promoção da educação e dos entendimentos científicos seriam fatores provocados pela mudança cultural e intelectual. Sendo assim, para alcançar o objetivo de modernização, que o Brasil buscava, seria preciso a implantação da ciência no meio educacional, principalmente a sociologia, visto que essa era compreendida como uma ciência que fomentaria a consciência humana crítica, ou seja, um instrumento de socialização harmônica. Nesse sentido, seria possível uma sociedade mais emancipada politicamente e socialmente, com cidadãos mais pensantes e politicamente ativos. Em suma, o ideal do autor era vincular a implantação da sociologia no currículo escolar do ensino médio ao planejamento social.

A implantação do ensino da sociologia na escola média brasileira, baseado na proposta de sociologia de Florestan Fernandes, ainda não se concretizou, visto que a educação foi e ainda é cerceada de saberes ditos neutros, sem uma perspectiva de intervenção social por meio do conhecimento.

1.2. O Sistema Educacional do Ensino Médio no Brasil

A elite governante⁵ tem dificultado para fazer-se uma análise conceitual sobre o ensino médio brasileiro, tendo em vista que os docentes recebem descasos ao invés de preparação. Sendo assim, alguns jovens da “elite” no ano de 1970 eram privilegiados com ensinamentos para se emanciparem de forma política mais superior dos demais.

⁵ - Partindo aqui do entendimento de Ielzi Silva (2010) conclui-se que elites governantes, são os grupos oriundos das oligarquias agrárias, industriais e financeiras, historicamente detentoras dos espaços de decisão e de poder políticos. Isso significa que essas elites não são homogêneas, mas que mesmo que estejam, em alguns momentos, como agora, fora de cargos executivos do governo federal, continuam a exercer o poder em outras instâncias do Estado e da sociedade.

Nas décadas de 1930 até 1985, a educação era centrada nas políticas educacionais de desenvolvimento do Brasil, mais sempre era no sentido material e não intelectual. Nesse período, preparavam-se os alunos para o mercado de trabalho, mecanismos para cerceá-los de escolhas pois, os encaminhavam apenas a treinamentos funcionais, técnicos e tecnólogos, mostrando claramente o interesse do governo em apenas influenciá-los ao trabalho. Sendo assim, o ensino médio no Brasil se consuma apenas no trabalho e não na emancipação democrática de cada indivíduo, ficando de lado as políticas curriculares pedagógicas (FERNANDES, 1965 *apud* ARAÚJO, 2009).

Assim em 1980, devido ao fim da fase nacional-desenvolvimento⁶ em que o Brasil estava as políticas brasileiras são voltadas para a formação de cidadão, e indivíduo flexível, criando vínculo com a Educação Básica (ARAÚJO, 2009).

Desde então a sociedade educacional vem desenvolvendo de forma deficiente, ora preparava para um determinado objetivo ora para outro. O desemprego foi notadamente observado no ano de 1995, visto tal deficiência o Governo Brasileiro então, propõe uma “política” intitulando como “Ensino Médio: Agora é para vida”. Nesse sentido, pode se observar que na verdade não sabiam o que realmente estavam fazendo e para que era/servia o Ensino Médio na Educação Básica. Atenta-se que o Brasil foi despertar e perceber que não tinham um real fundamento para o ensino médio em 1990 há 25 (vinte e cinco) anos.

Percebem que não seria possível preparar os indivíduos apenas para o mercado de trabalho, conclui-se então que o Ensino Médio prepara para vida. Pouco importa as condições financeiras de cada indivíduo teriam que se adaptarem a “nova” realidade educacional, conforme bem pontua Ielzi Silva (2010, p.6).

Não se questiona, de forma nenhuma, os tipos de vidas que os jovens e os adultos podem ter nesse contexto de hegemonia do capitalismo financeiro⁷. O fato é que os jovens deveriam se adaptar às situações de empregabilidade. Por isso, o *ensino por competências* seria interessante. Porque ele

⁶ - Ainda segundo Ielzi Silva (2010) o nacional-desenvolvimentismo foi um projeto societário que modelou um Estado forte, interventor e estimulador do desenvolvimento econômico no Brasil. Getúlio Vargas foi o líder que mais expressou o esforço de programar esse projeto; o que, de fato, fez, nos dois governos que presidiu. Juscelino Kubitschek e os Militares continuaram esse projeto, mas, muito mais subordinados ao capital internacional.

⁷ - François Chesnais (1996) demonstra que desde meados dos anos de 1970, o capital financeiro ganha centralidade na potencialização da acumulação de riquezas, envolvendo todos os fundos públicos como incremento na ampla circulação dos capitais pelos países do mundo, através do mercado financeiro, das bolsas de valores. Esse fato impõe sérias restrições à produção dos bens pelas indústrias, que se reestruturaram adaptando-se às exigências das dinâmicas financeiras. É o fenômeno da mundialização do capital, muito mais do que a tão propalada globalização. Nesse sentido, a globalização foi uma invenção de economistas americanos para facilitar o desmonte das economias nacionais dos outros países. Observa-se que, a circulação do dinheiro foi potencializada, totalmente facilitada.

desenvolveria muito mais *comportamentos flexíveis* do que *comportamentos críticos da sociedade*.

Ainda Ielzi Silva (2010) afirma que poderíamos pensar no trabalho como princípio educativo, pois, tendo o trabalho intelectual e artístico como modalidades nos currículos proporcionaria aos jovens uma carreira de pesquisadores, teriam oportunidades de desenvolver atividades científicas.

É necessário que se reflita nos argumentos de Florestan Fernandes sobre o ensino de sociologia no Ensino Médio e nos cursos superiores como benéfico a uma transformação social para todas as classes sociais e não um projeto de esquerda, pois, tornam-se seres pensantes, e emancipados para refletirem sobre realizações sociais.

Quando se analisa a educação no Brasil nos anos de 1950, segundo Florestan Fernandes (1966), é possível uma compreensão de que a mesma se mantém como um privilégio social, e como um fator estático e neutro, que não beneficia o desenvolvimento democrático do país. Assim, para Florestan, povos modernos tem no desenvolvimento da educação escolarizada e em sua organização, uma das ferramentas necessárias para o seu crescimento. Florestan ainda aduz que, torna-se impossível pensar em “desenvolvimento econômico acelerado” e “política de desenvolvimento”, quando a educação ainda está a se mostrar patriarcal e tradicional não podendo ser modificada por que ao longo da história sempre foi tida daquela maneira. O que acontece é que ao mesmo tempo em que o Brasil se mostra democrático ele ainda é um país que beneficia apenas uma parte da sociedade (as elites), sendo assim, torna-se ambíguo (FERNANDES, 1965).

Segundo MEUCCI (2005), ao pensar a educação como “dilemas educacionais”⁸. Florestan reafirma em discussões os valores interpretativos e teóricos da sociologia educacional, criada por Azevedo. Porém, as interpretações não alcançavam um pensamento do que aconteceria à educação como um “avanço” social nacional. Sendo assim, ficou a cargo dos cientistas sociais a função de “adivinhar” o que a educação encararia como desafio. A contribuição de Florestan Fernandes fez com que a ciência e a tecnologia científica revolucionassem as bases e diretrizes, materiais e morais da existência humana, colocando o nível do homem em um patamar mais alto.

[...] Por isso, os influxos da ciência e da tecnologia científica sobre a educação parecem mais profundos. Ambas requerem um complexo tipo de ensino, que ajuste os processos educacionais à natureza do pensamento

⁸ “[...] que traduzem as inconsistências das instituições educacionais e dos sistemas de ensino em face da ordem econômica, política e social da sociedade de massas” (FERNANDES, 1966, p.102).

científico e às funções da ciência e da tecnologia científica no mundo em que vivemos. Isso equivale a dizer que elas apelam para uma filosofia da educação com um padrão de humanismo próprio (FERNANDES, 1966, p.102).

Segundo Florestan (1966), a visão que os cientistas sociais têm sobre a escola é muito fundamental para a compreensão da educação no Brasil. Ele aduz que esse tipo de profissional é de muito valor quando está no meio educacional sendo capazes de atuar na chamada “reconstrução pedagógica”, mostrando as falhas nos sistemas educacionais manuseando assim, uma nova maneira de atuação conjunta com educadores, comunidade e educandos. Sem dúvida, Florestan Fernandes defendia dilemas educacionais do Brasil. Compreendendo a deficiência da educação nacional, Fernandes reafirma as análises feitas por Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, de que a educação brasileira é um problema de caráter social, que deve ser discutido a partir de técnicas sociais relevantes a sua solução. Essas soluções devem estar baseadas nas transformações das estruturas das instituições escolares, no sistema nacional de ensino e na atuação consciente de seus educadores:

Enquanto a educação não se converte em objetiva, subjetiva e praticamente em problema social, os homens não lutam por ela socialmente nem a integram quanto às formas, aos conteúdos e às funções nos processos histórico-culturais de transformação da ordem social (FERNANDES, 1966, p.113).

Para Florestan Fernandes a educação é um instrumento transformador da sociedade. Igualmente, defendiam os “pioneiros da educação”, a educação deve ser gratuita e de qualidade para todos sem definição de classes para proporcionar ao mesmo tempo a capacidade melhor para o mercado de trabalho.

Assim, levanta-se o seguinte questionamento: para haver uma integração do homem com os problemas da educação e da sociedade como um todo, teria a disciplina de sociologia, no âmbito escolar, uma função conscientizadora? Para Florestan Fernandes (1976), a sociologia nas grades e nos currículos escolares, tem como função aplicar na prática o que os graduados em ciências sociais aprenderam na teoria dentro das universidades. Entretanto, deveria ser passado para os educandos que eles são capazes de interpretar questionamentos da vida social, além dos conceitos e princípios sociológicos.

O ensino das ciências sociais no curso secundário seria uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre meios e os fins, em qualquer setor da vida social (FERNANDES, 1976, p.106).

Por fim, vale ressaltar que a disciplina de sociologia foi institucionalizada em 1930 no ensino universitário e secundário no Brasil, em relação ao ensino superior, tornou-se um meio de formação e compreensão da vida social no Brasil e tinha por objetivo construir teorias e conceitos embasado na ciência segundo (MIUCCI, 2010), ainda, possui a função de admissão de cada indivíduo nos cursos superiores (como forma de exame), houve então um processo de repensar a sociologia na educação.

A sociologia causaria nos indivíduos a capacidade de serem conscientes e de poderem opinar de forma transformadora para o Brasil.

CONCLUSÃO

A disciplina de sociologia nas grades escolares e nos currículos universitários tem relação com as próprias mudanças históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais do Brasil.

A sociologia deixou de fazer parte dos currículos escolares em 1964, com a ditadura militar. Alguns cursos universitários de ciências sociais foram fechados e inúmeros cientistas sociais foram perseguidos por conta do golpe militar que houve nessa mesma época no país.

Com o advento da Constituição Cidadã de 1988 e a atuação de diversos movimentos sociais pela educação, essa passa a ser questionada atrelada a um problema social e a luta pela volta da disciplina de sociologia na educação básica ganha força. Porém, apenas em 2003, que a disciplina se tornou obrigatória nas instituições de ensino brasileira. Sendo que essa decisão foi embasada na reforma educacional ocorrida nos anos de 90 e na reelaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que inseriu, em seu artigo 36, a necessidade de que ao término do ensino médio todos os alunos deveriam ter noções sociológicas da situação social do país.

É notório que apenas a existência da disciplina de sociologia como algo obrigatório na educação não é suficiente para uma mudança social. Pois, a situação do Brasil é de ambiguidade em relação ao estado democrático.

A educação pública e gratuita possui deficiências em questões de qualidade, afetando também a sociologia como disciplina, pois sua efetivação torna-se problemática, mas como afirma Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes acreditava que o ensino da sociologia na escola, como disciplina era o meio mais eficaz de formação do indivíduo cidadão, era uma forma de capacitar cada pessoa de compreender e fazer atuações críticas em relação a dilemas da “sociedade moderna”. Assim, buscava caminhos democráticos de participação do povo no desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, José Pessoa de. **Florestan Fernandes: o engraxate que se tornou sociólogo**. São Carlos-SP: EDUFSCAR.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista**. In: História das Ciências Sociais no Brasil. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, vol. 2.

AZEVEDO, Fernando. **A educação e seus problemas**. Tomo Primeiro. Saulo Paulo, 1953.

AZEVEDO, Fernando. **Sociologia educacional: Introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais: Os sistemas escolares**. São Paulo, 1951. In: FORACCHI, Marialice M. e PEREIRA, Luiz (Org.) Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Nacional, 1985, p. 138-149.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, coordenação de publicações, 2006.

CANDIDO, Antonio. **A Sociologia no Brasil**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.18, n.1, 2006.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. **Florestan Fernandes e o Ensino da Sociologia na Escola Média Brasileira**. Revista Educação e Sociedade, v.40.

FERNANDES, Florestan & BASTIDE, Roger. (1953) **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. In: Revista Anhembi, São Paulo, Ano III, Número 30, Volume X, maio de 1953. _____ & _____. (1959) Brancos e Negros em São Paulo. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

_____. **Vida e História na Sociologia de Florestan Fernandes**. In: **Dossiê Florestan Fernandes**. Revista USP/ Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo, nº 1, mar/mai 1996, São Paulo, USP.

IANNI, Octaviano. **A Sociologia de Florestan Fernandes**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100006#not3, acesso em: 10/10/2015.

JINKINGNS, Nise. **Ensino de Sociologia: Particularidades e Desafios Contemporâneos**. Mediações, Londrina, v. 12, n. 1, p. 113-130, jan/jun. 2007.

OLIVEIRA, Amurabi. **Educação e pensamento social brasileiro: alguns apontamentos a partir de Florestan Fernandes e Gilberto Freyre**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 45, n. 1, 2014, p. 15-44.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos.** Dissertação de Mestrado, Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo.

SILVA, Ileizi Fiorelli. **O Papel da Sociologia no Currículo do Ensino Médio.** Professora do Depto.de Ciências Sociais da UEL, e-mail: ileizi@sercomtel.com.br.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **O Ensino de Sociologia na escola média brasileira: as lutas políticas em torno de sua obrigatoriedade e as apropriações simbólicas da disciplina.** flaviosarandy@yahoo.com.br.